



SUMÁRIO

1.

NOTÍCIAS

2.

MATERIAL DE APOIO

3.

NOVIDADES LEGISLATIVAS

4.

BANCO DE PEÇAS

COORDENAÇÃO DO CAO DE DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS, DIVERSIDADE E SEGURANÇA ALIMENTAR

HENRIQUE SCHNEIDER NETO

Promotor de Justiça e Coordenador

CARLOS RUBENS DE FREITAS OLIVEIRA FILHO

Promotor de Justiça e Coordenador-Adjunto

EQUIPE TÉCNICA

ANA VITÓRIA SARAIVA DE AZEVEDO PONTES

Auxiliar Ministerial

JHENNIFER ALINE DOS SANTOS LIMA PHILIPPSSEN

Residente

I. NOTÍCIAS

 PFDC manifesta preocupação com aumento da violência no campo. Para saber mais, clique [aqui](#).

 MPF e DPE/AM pedem na Justiça indenização de R\$ 4 bi e reparação após mortes por falta de oxigênio em Manaus (AM). Para saber mais, clique [aqui](#).

 Iniciativa vai premiar estados com alto índice de leitores em penitenciárias. Para saber mais, clique [aqui](#).

 CNJ e Ministério da Justiça formam comitê para enfrentar violação de direitos no sistema prisional. Para saber mais, clique [aqui](#).

 CNJ e Uber discutem parceria no combate e na prevenção de violência contra a mulher. Para saber mais, clique [aqui](#).

 TJSP promove a primeira desembargadora por regra da paridade de gênero. Para saber mais, clique [aqui](#).

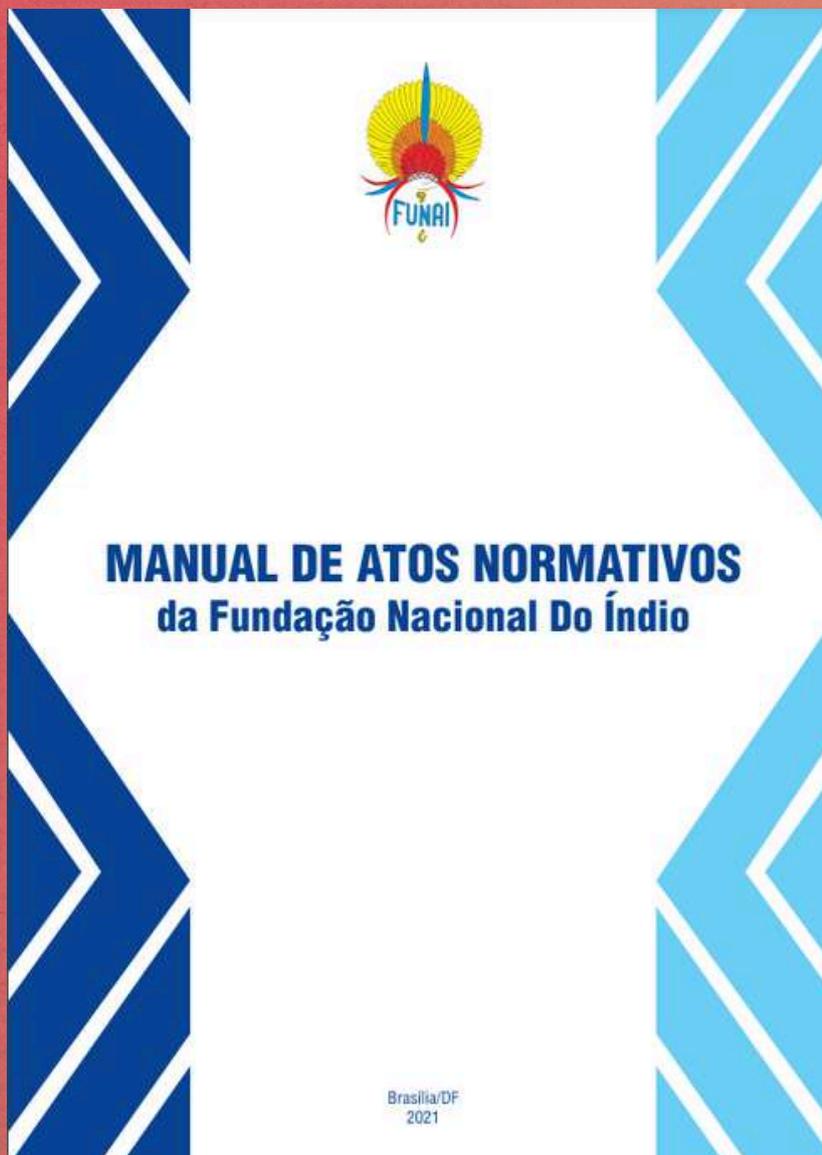
 CNJ entrega prêmio que reconhece e estimula a responsabilidade social no Judiciário. Para saber mais, clique [aqui](#).

 Pontos de inclusão digital aproximam cada vez mais a Justiça do cidadão. Para saber mais, clique [aqui](#).

 Tribunais se preparam para semana de combate ao assédio e à discriminação. Para saber mais, clique [aqui](#).

2. MATERIAL DE APOIO

MANUAL DE ATOS NORMATIVOS



O Manual de Atos Normativos da Fundação Nacional do Índio - Funai, aprovado pela Portaria Funai nº 376, de 16 de agosto de 2021, é o documento que visa orientar a elaboração, a redação, a revisão e a consolidação de atos normativos no âmbito da Funai. Ele é um consolidado das orientações essenciais aos tipos de atos normativos mais editados pela Funai e estabelece os procedimentos para propositura de normativos internamente. .

Para ter acesso ao material, clique [aqui](#).

3. NOVIDADES LEGISLATIVAS

-  **Dia de Luta pela Reforma Agrária: MPF recomenda ao Incra medidas para destinação de área em Tailândia (PA). Para saber mais, clique [aqui](#).**
-  **CNJ trabalha para efetivar uso de formulário de inclusão e proteção à população LGBTQIAPN+. Para saber mais, clique [aqui](#).**
-  **Nova lei estadual de São Paulo determina que cartórios devem comunicar à Defensoria nascimento de bebês sem registro do pai. Para saber mais, clique [aqui](#).**
-  **STF analisa repercussão geral em caso que discute pensão para filha trans de militar. Para saber mais, clique [aqui](#).**
-  **Especialista discute a ideologia de gênero e liberdade de expressão de professores em sala de aula. Para saber mais, clique [aqui](#).**
-  **Pessoas trans de baixa renda conquistam gratuidade para retificar documentos em São Paulo. Para saber mais, clique [aqui](#).**
-  **Nova Iorque revoga lei que criminaliza o adultério; norma foi criada em 1907. Para saber mais, clique [aqui](#).**
-  **Tailândia aprova casamento entre pessoas do mesmo sexo. Para saber mais, clique [aqui](#).**
-  **Decisão que equiparou as uniões estáveis homoafetivas às uniões estáveis heteroafetivas completa 13 anos. Para saber mais, clique [aqui](#).**

4. BANCO DE PEÇAS

É com imensa satisfação que o **Centro de Apoio Operacional de Defesa dos Direitos Humanos, Diversidade e Segurança Alimentar** informa que o Banco de Peças e o Portal do CAO encontram-se atualizados com modelos de manifestações, artigos científicos, dados estatísticos, jurisprudências, entre outros materiais de apoio, para auxiliar os Membros e Servidores na execução das atividades finalísticas, relacionadas à área dos Direitos Humanos.

Além disso, considerando a necessidade de ampliar cada vez mais a qualidade e a variedade dos arquivos constantes em nosso Banco de Peças, solicitamos aos Membros e Servidores os bons préstimos de nos encaminhar minutas de peças de suas autorias, que poderão subsidiar o trabalho de todo o Ministério Público do Estado de Mato Grosso na área pertinente, abrilhantando, assim, o nosso acervo.

Os arquivos poderão ser encaminhados em documento editável ou em PDF para o e-mail **cao.direitoshumanos@mpmt.mp.br**.



MPMT
Ministério Público
DO ESTADO DE MATO GROSSO

